

Apresentação

Delma Pessanha Neves
Ramonildes A. Gomes
Pedro Fonseca Leal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. Apresentação. In: *Quadros e programas institucionais em políticas públicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 9-12. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Apresentação

Dentre um conjunto de termos portadores de significados altamente densos – e assim condutores de atributos de sentido fortemente sintéticos e ambíguos, destaca-se o de políticas públicas. Num país como o Brasil, de desigualdades socioeconômicas altamente reconhecidas e de recorrentes retomadas de institucionalização de processos de organização social democrática, a conquista de regulações é altamente reclamada. Nesse sentido, o termo política pública, na concepção de senso comum, quase sempre referenciada a espaço de produção de regras e orientações formalmente institucionalizadas, tende a reafirmar ou reclamar a segurança relativa de conquistas obtidas em disputas de interesses tão desigualmente expressos. Diversos grupos políticos clamam por consolidação de meios compensatórios que guardem certa continuidade, possível, em situação democrática, pela definição oficial de projeções mediante o estatuto de políticas públicas. Por essas e outras razões, no senso comum político, ao se reivindicar práticas democráticas, imediatamente elas estão associadas às definições que guardem o caráter de políticas públicas.

Tamanho acordo (ou crença) permite que haja intensas comunicações em torno do tema, mesmo que estejam incorporados diversos e até contrapostos e contraditórios sentidos. Dificilmente ocorre questionamento do que afinal se está assentando no campo da linguagem dos espaços políticos, quando se reivindica a nobreza dos significados do termo, quando nada, ao designar reordenações sociais e prestação de serviços públicos.

O superapelo à crença na imediata evidência de sentido do termo ultrapassa o senso comum no campo político, reafirmando-se

também no campo acadêmico, onde os procedimentos metodológicos deveriam de imediato colocar, em questão, tamanho processo instituidor dessa ampla aceitação de sentidos comuns e diversos.

No meio universitário, em cursos de pós-graduação na área de ciências sociais, há enorme profusão de textos construídos sobre o tema, mas adotando-se o mesmo acordo. Por consequência, também aí se reproduzem pré-noções que iludem a elaboração de trabalhos descritivos, em consequência dificultando a compreensão dos processos que o termo necessariamente aglutina.

Diante dessa constatação e orientados à construção de espaços de diálogo em que princípios de pensamento possam ultrapassar mesmices e colaborar para o debate teórico e metodológico da temática, propusemos um grupo de trabalho no 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais, ocorrido em Belém, no ano de 2012. Dos muitos textos apresentados, selecionamos alguns deles, não porque necessariamente fossem julgados como os de caráter mais bem acabado. Aos autores propusemos a continuidade do debate. Valorizamos o rendimento que os objetos de estudo apresentados pudessem trazer à reflexão os diversos meandros sociais pressupostos pelo termo políticas públicas, a problematização de sentidos imediatamente dados. Além disso, agregamos alguns outros artigos, considerando os mesmos motivos: produzir reflexões demonstrativas dos múltiplos espaços de definição de regras para circulação de recursos, pautados na construção de quadros institucionais, aqui considerados em duplo sentido. Não só o investimento que processos de construção de políticas públicas pressupõem para objetivar ideários de comportamentos, de redistribuição de recursos, mediante criação de redes interdependentes de aparatos instituições, ou seja, de órgãos pautados para tais fins. Também o pressuposto paralelo e complementar: constituir agentes sociais capazes de, como profissionais dotados de expertise na definição de problemática naqueles termos reconhecida. Enfim, como problema social a ser encarado por prioridade de medidas e correlativas resoluções. Enfim profissionais capazes de operar na formulação e realimentação de ideias referenciais aos modos pelos quais aqueles objetivos alcançam a capilaridade das práticas

institucionais; na constituição de procedimentos que conformem os que são definidos, veem-se ou desejam ser usufrutuários de tais mudanças na ação pública.

Queremos expressar assim o caráter processual que integra as perspectivas analíticas sobre políticas públicas, de modo a facilitar o reconhecimento de que os compactados sentidos do termo tendem a produzir exclusões no que tangem às ações coletivas; ou dificultar as intervenções inerentes aos projetos de mudanças sociais em jogo. Em consequência, também reafirmaríamos: é do dever da prática democrática facilitar as formas de participação política de segmentos específicos ou amplos, no que diz respeito ao conjunto de mudanças acenadas como promotoras de reordenações sociais respeitosas dos princípios universais da igualdade social e política.

Pautados por esses parâmetros analíticos, organizamos esta coletânea por três grandes eixos. No primeiro deles, aglutinamos reflexões de autores que incidem sobre o estudo da construção de instituições e respectivos agentes, cujas ações visam a atribuir ou alterar sentidos projetados para reordenação da vida social; ou para constituição de ações práticas e segmentos socioeconômicos amparados por direitos de partilha de bens cuja circulação pública depende de definições da autoridade estatal. Convidamos, assim, os leitores a refletir sobre os quadros institucionais (órgãos e agentes sociais) que asseguram a formulação, a delimitação e a operacionalização de ideários e medidas abarcadas pelo termo políticas públicas.

No segundo eixo, agregamos autores que se dedicaram ao estudo de colocação em prática de princípios, objetivos e metas desenhados por políticas públicas, mediante formulação e objetivação de programas públicos. E à guisa de demonstração, ainda destacamos o investimento concentrado em torno de modos de operacionalização que se instituem em programas públicos, no caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2003) recentemente implantado como expressão de conquista de demandas de agricultores familiares, na luta pela reprodução social, política e econômica da categoria socioeconômica.

E, no terceiro eixo, tomamos alguns casos de reflexão incidente sobre a capilaridade dos segmentos populacionais envolvidos no acesso de recursos ou na institucionalização de posições desenhadas como parte dos objetivos de políticas desdobradas em programas. Podemos, então, percorrer intrincados modos de constituição de princípios de pertencimento ao campo de redistribuição de recursos e de enquadramento que, muitas vezes, exigem formas de conversão social em direções diversas: - reconversões dos modos de percepção e categorização dos que estão autorizados a implementar programas públicos na capilaridade dos espaços reconhecidos como dos chamados beneficiários; - bem como dos que assim se apresentando por desejo próprio ou por imposições, retroagem ou resistem, no sentido de alterar os meios de definição de si como enquadrados. Ambos são exercícios de elaboração coletiva ou de participação política, no campo das ações, amplamente definidos como de políticas públicas.

Nos artigos que aqui agregamos, o leitor estará, então, estimulado a refletir sobre alguns dos modos como ocorrem processos de encontro e negociação objetivados em espaços institucionalizados, considerando seu sentido mais amplo: organizações sociais, mas principalmente o caráter nelas abarcado por sistema de ideias, competências, procedimentos e normatizações. Estaremos, assim, refletindo sobre proposições a serem consideradas pelas formas de constituição das ações do Estado, fundamentadas em negociação com os que politicamente elaboram demandas. Propomos, por isso mesmo, ênfases analíticas sobre os próprios quadros institucionais, mas pensados por espaços de objetivação colocados em prática por agentes que, para tanto, se qualificam em múltiplas dimensões.

Os organizadores.